



ÍNDICE

<i>Nota à 12ª edição</i>	29
<i>Considerações prévias</i>	33

Primeira Parte

O FENÔMENO JURÍDICO

LIÇÃO I — HOMEM, SOCIEDADE E DIREITO

1. Sociabilidade humana	39
1.1. O homem, ser social e político.....	39
1.2. Interpretações da dimensão social do homem	40
a) Platão e Aristóteles.....	40
b) Santo Tomás de Aquino.....	41
c) Contratualistas: Hobbes e Rousseau	41
d) Conclusão.....	44
2. Sociedade, interação e controle social.....	44
2.1. Conceito de sociedade.....	44
2.2. Características da sociedade	45
2.3. Formas de interação social.....	45
2.4. Instrumentos de controle social.....	46
3. Sociedade e direito.....	46
3.1. O direito como instrumento de controle social	46
3.2. Sociedade e direito “se coexistem”	47
a) Não pode haver sociedade sem direito.....	47
b) Não há direito sem sociedade	47
4. Conclusão	48
4.1. Silogismo da sociabilidade.....	48
4.2. O direito como ordenação social.....	49
Questionário	49
Leitura complementar.....	49

LIÇÃO II — O MUNDO DO DIREITO

5. Natureza e cultura.....	53
5.1. Conceitos.....	53
5.2. Considerações sobre a cultura	54
1. Cultura, erudição e civilização	54
2. Criações materiais e não materiais	56
3. Homem — ser cultural	56
5.3. Relações entre natureza e cultura	57
6. Características da cultura.....	58
6.1. Ideia de fim e valor.....	58
a) Fim	58
b) Valor	58
c) Cultura — mundo de fins valiosos.....	60
6.2. Explicação e compreensão	61
a) A natureza se explica	61
b) A cultura se compreende	61
c) Estrutura dos bens culturais: suporte e sentido.....	61
6.3. Juízos de realidade e juízos de valor	63
a) Juízos de realidade	63
b) Juízos de valor	63
7. Mundo ético: o direito como realidade cultural-ética	65
7.1. Planos compreensivo e normativo	65
7.2. O direito como realidade cultural-ética	65
8. A realidade ontognoseológica do direito.....	66
8.1. Ontologia e ontognoseologia	66
8.2. Ser e dever ser	67
8.3. Espécies de objeto	68
a) Objetos naturais: físicos e psíquicos.....	68
b) Objetos ideais: lógicos e matemáticos	68
c) Objetos valiosos.....	69
d) Objetos culturais.....	69
8.4. Conclusão	69
a) Historicismo axiológico	69
b) Valores e objetos culturais	70
c) Objeto metafísico ou ontológico	70
Questionário	71
Leitura complementar.....	72

LIÇÃO III — LEIS FÍSICAS, CULTURAIS E ÉTICAS

9. Leis físicas	74
9.1. Determinismo rigoroso	75
9.2. Leis descritivas.....	75
9.3. Subordinação ao fato	75
10. Leis culturais	76
10.1. Natureza “compreensiva”	76

10.2. Espécies de leis culturais	76
a) Leis puramente compreensivas	76
b) Leis compreensivo-normativas	77
11. Normas éticas	77
11.1. Conceito.....	77
11.2. Natureza	77
a) Imperatividade.....	77
b) Possibilidade de violação.....	77
c) Impõe-se ao fato contrário	78
11.3. Espécies de normas éticas.....	78
a) Religiosas	78
b) Morais.....	79
c) Etiquetas sociais.....	79
d) Jurídicas	79
11.4. Ética, moral e direito	80
a) Identidade semântica de “ética” e “moral”	80
b) História etimológica do “êthos” e do “mos”	80
c) Acepção ampla e estrita	80
d) Moral individual, moral social e direito	81
e) Deontologia, bioética e biodireito.....	82
11.5. Normas éticas e normas técnicas	83
12. Normas jurídicas	85
Questionário	85
Leitura complementar.....	86
 LIÇÃO IV – NOTAS DISTINTIVAS DO DIREITO	
13. Imperatividade	91
14. Heteronomia.....	93
15. Coercibilidade.....	94
15.1. Compatibilidade da “força” com o “direito”.....	94
15.2. Força “em ato” (coação) e “em potência” (coerção)	95
15.3. Teoria da coação	96
15.4. Teoria da coercibilidade.....	97
16. Bilateralidade atributiva	99
16.1. Noção.....	99
16.2. Elementos.....	99
1ª) Relação intersubjetiva	100
2ª) Proporção objetiva.....	100
3ª) Exigibilidade	100
4ª) Garantia.....	100
16.3. Imperativo-atributivo.....	101
17. Paralelo entre direito, religião, moral e normas de trato social.....	102
17.1. Heteronomia/autonomia	102
17.2. Coercibilidade/incoercibilidade.....	103
17.3. Bilateralidade/unilateralidade	104

17.4. Atributividade	105
17.5. Quadro sinótico	106
18. Forma jurídica da ordenação social	106
Questionário	106
Leitura complementar	107
LIÇÃO V — DIREITO, MORAL E RELIGIÃO	
19. Direito e moral.....	109
19.1. Distinções quanto à forma.....	110
19.2. Distinções quanto ao conteúdo	110
I — Grécia e Roma.....	110
II — Teoria de Thomasius.....	111
III — Teoria do mínimo ético.....	113
IV — Teoria dos círculos secantes	114
19.3. Conclusão: distinguir sem separar	115
19.4. Critérios distintivos de Reale	118
20. Liceidade jurídica e exigência moral.....	118
21. Moral e religião.....	119
Questionário	122
Leitura complementar.....	122
LIÇÃO VI — SANÇÃO JURÍDICA	
22. Noção de sanção.....	126
23. Sanção e coação (sanção concreta).....	127
24. Espécies de sanção	128
24.1. Sanções religiosas	128
24.2. Sanções morais.....	128
a) De foro íntimo.....	128
b) De natureza social	128
24.3. Sanções jurídicas.....	129
a) Organizadas de forma predeterminada	129
b) Sanções “penais” e “premiais”	129
c) Multiplicidade das sanções jurídicas	131
25. Aplicação da sanção	132
25.1. Vingança “social”	132
25.2. Vingança “privada”	132
25.3. Força submetida a regras	132
25.4. Monopólio do Estado	132
26. Sanção estatal e não estatal.....	133
26.1. Universalidade da sanção estatal	133
26.2. Última instância	134
Questionário	134
Leitura complementar.....	134

LIÇÃO VII — ESTRUTURA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO

27. O direito como fato, valor e norma.....	137
a) Tridimensionalidade genérica.....	138
b) Tridimensionalidade específica.....	138
28. Tridimensionalismo jurídico de Miguel Reale.....	139
28.1. Três dimensões essenciais.....	139
28.2. Dialética de complementaridade.....	142
29. Conclusão.....	144
Questionário.....	145
Leitura complementar.....	145

LIÇÃO VIII — DEFINIÇÃO DO DIREITO

30. Critérios para a definição.....	150
31. Definição nominal do direito.....	150
32. Definição real do direito.....	151
32.1. Complexidade do fenômeno jurídico.....	152
32.2. Definição real analítica.....	152
32.3. Definição real sintética.....	152
33. Definições analíticas do direito.....	153
33.1. Direito-ciência.....	153
33.2. Direito-fato social.....	153
33.3. Direito-norma.....	154
33.4. Direito-faculdade.....	154
33.5. Direito justo.....	154
33.6. Conclusão.....	155
34. Definição sintética do direito.....	156
34.1. Gênero próximo e diferença específica.....	156
34.2. Em relação ao direito.....	157
34.3. Corolários e estrutura tridimensional.....	157
34.4. Definição real sintética.....	157
Questionário.....	158
Leitura complementar.....	159

Segunda Parte

A NORMA JURÍDICA

LIÇÃO IX — FORMAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DO DIREITO

35. Formação do direito.....	164
35.1. Fatores sociais.....	164
35.2. Elementos axiológicos.....	166
36. Manifestação do direito.....	167
37. Teoria das fontes do direito.....	167
37.1. Fonte — meios de formação e manifestação.....	167
37.2. Fonte — meios de manifestação.....	167

37.3. Conclusão	168
38. Pressupostos e elenco das fontes do direito.....	169
38.1. Presença de um “poder”.....	170
38.2. Capacidade de “inovar”.....	170
38.3. Quatro fontes do direito	170
a) Processo legislativo	170
b) Costume jurídico	170
c) Jurisdição.....	170
d) Negócio jurídico.....	170
38.4. Conclusão	171
Questionário	171
Leitura complementar.....	172

LIÇÃO X – A NORMA JURÍDICA

39. Gênese e conceito da norma jurídica.....	181
39.1. Gênese	181
40. Conceito de norma jurídica	183
41. Normas, princípios e regras	184
42. Estrutura da norma jurídica	190
42.1. Estrutura da Norma de Organização: Juízo Categórico.....	191
42.2. Estrutura da norma de conduta: juízo hipotético	191
43. Imputabilidade e responsabilidade	195
44. Estrutura tridimensional da norma jurídica	196
44.1. Formalismo jurídico	196
44.2. Normativismo concreto	197
Questionário	197
Leitura complementar.....	198

LIÇÃO XI – CLASSIFICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA

45. Quanto ao conteúdo.....	204
45.1. Normas de organização.....	204
45.2. Normas de conduta.....	205
46. Quanto à extensão espacial	205
46.1. Normas de direito externo.....	205
46.2. Normas de direito interno	205
46.3. Normas de direito interno brasileiro.....	205
a) Nacionais.....	205
b) Federais	205
c) Estaduais, municipais e distritais	206
47. Quanto à vontade das partes	206
47.1. Normas cogentes ou de ordem pública.....	206
47.2. Normas dispositivas ou supletivas	206
47.3. Normas preceptivas, proibitivas e permissivas	207
48. Quanto à sanção	207
48.1. Normas mais que perfeitas (“leges plus quam perfectae”)	207

48.2. Normas perfeitas (“leges perfectae”)	208
48.3. Normas menos que perfeitas (“leges minus quam perfectae”)	208
48.4. Normas imperfeitas (“leges imperfectae”)	208
a) Por razões de ordem social e ética	208
b) Orientação programática.....	208
c) Obrigações naturais.....	209
49. Quanto à extensão pessoal	209
49.1. Normas genéricas (ou de direito geral)	209
49.2. Normas particulares (ou de direito especial).....	210
49.3. Normas individualizadas	210
49.4. Normas excepcionais (ou de direito singular)	210
50. Quanto à aplicabilidade	210
50.1. Norma autoaplicável	210
50.2. Norma dependente de complementação	210
50.3. Norma dependente de regulamentação	211
50.4. Normas constitucionais	211
a) Normas constitucionais de eficácia plena	211
b) Normas constitucionais de eficácia contida.....	211
c) Normas constitucionais de eficácia limitada.....	211
d) Normas de aplicação diferida.....	211
51. Quanto à natureza das disposições	212
51.1. Norma substantiva ou material	212
51.2. Norma adjetiva ou formal	212
52. Quanto à sistematização	212
52.1. Normas codificadas	212
52.2. Normas consolidadas	212
52.3. Normas extravagantes ou esparsas.....	212
53. Quanto às fontes	212
53.1. Normas legais	212
53.2. Normas costumeiras ou consuetudinárias.....	213
53.3. Normas jurisdicionais ou jurisprudenciais.....	213
53.4. Normas negociais	213
Questionário	213

LIÇÃO XII – NORMA JURÍDICA LEGAL

54. Compreensão do termo “lei”.....	214
54.1. Acepção genérica	215
54.2. Sentido técnico	215
a) Tomás de Aquino, Francisco Suarez, Del Vecchio.....	215
b) Miguel Reale.....	215
55. Etimologia e importância da lei.....	216
55.1. Origem etimológica	216
55.2. Importância da lei	216
56. O processo legislativo como fonte legal.....	217

56.1. Fonte legal.....	217
56.2. Emendas à Constituição (CF, art. 60)	217
56.3. Leis complementares (CF, arts. 61 e 69)	217
56.4. Leis ordinárias (CF, art. 61)	218
56.5. Leis delegadas (CF, art. 68)	218
56.6. Medidas provisórias (CF, art. 62)	218
56.7. Decretos legislativos	219
56.8. Resoluções	219
57. Decretos e regulamentos.....	219
57.1. Regulamentos ou decretos regulamentares	219
57.2. Simples decretos	220
58. Primazia e hierarquia das normas legais.....	221
58.1. Primazia da norma legal	221
58.2. Hierarquia das normas legais	221
58.3. Finalidade da hierarquia	222
58.4. Esquema geral das leis.....	223
Questionário	223
Leitura complementar.....	224
 LIÇÃO XIII – NORMA JURÍDICA CONSUETUDINÁRIA	
59. Costume jurídico	226
59.1. Definição	226
59.2. Elementos	226
a) Repetição habitual de um comportamento	226
b) Convicção ou consciência social	227
59.3. Fixação de prazo	227
59.4. Costume jurídico e norma de trato social	229
60. O costume e a lei.....	229
61. Classificação dos costumes jurídicos	230
61.1. “Secundum legem” (segundo a lei)	230
61.2. “Praeter legem” (além da lei)	230
61.3. “Contra legem” (contrário à lei)	231
62. Valor dos costumes jurídicos	233
62.1. Tempos primitivos.....	233
62.2. Idade Média	233
62.3. Idade Moderna	234
62.4. Dias atuais	234
Questionário	236
Leitura complementar.....	236
 LIÇÃO XIV – NORMA JURÍDICA JURISDICIONAL	
63. A atividade jurisdicional como fonte do direito.....	240
63.1. Conceito de jurisdição	240
63.2. Força vinculante	241
63.3. Capacidade de inovar.....	241

a) Atualização do sentido possível da lei	241
b) Lacunas na lei	242
64. Importância da atividade jurisdicional	243
65. A jurisprudência como técnica de unificação	243
65.1. Conceito de jurisprudência	243
65.2. Força não vinculante	244
65.3. Súmula vinculante.....	244
65.4. Divergência na interpretação do direito	245
65.5. Técnicas de unificação	245
65.6. Importância da jurisprudência	246
66. Conclusão	247
Questionário	248
Leitura complementar.....	249

LIÇÃO XV — NORMA NEGOCIAL E DOUTRINA JURÍDICA

67. Autonomia da vontade e poder negocial.....	252
67.1. Princípio da autonomia da vontade	252
67.2. Poder negocial	253
68. Negócio jurídico	253
68.1. Conceito	254
68.2. Elementos essenciais	254
a) Sujeito capaz legitimado para o ato.....	255
b) Manifestação expressa da vontade	255
c) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	255
d) Forma de querer prescrita ou não vedada em lei	255
e) Devida proporção entre os participantes da relação negocial	255
68.3. Vícios da relação negocial.....	256
a) Quanto ao poder de negociar.....	256
b) Quanto à forma	256
c) Quanto ao objeto	256
d) Quanto ao desequilíbrio do negócio	256
68.4. Classificação	256
a) Unilaterais/Bilaterais	256
b) Solenes/Não solenes	256
c) “Mortis causa”/ “Inter vivos”	257
d) Gratuito/Oneroso	257
e) Aleatório/Comutativo	257
f) Típico/Atípico	257
68.5. Interpretação	257
a) Teoria objetiva	257
b) Teoria subjetiva.....	257
c) Arts. 112 e 113 do Código Civil.....	257
69. Negócios nulos, anuláveis e inexistentes.....	258
69.1. Nulos	258

69.2. Anuláveis	259
69.3. Inexistentes	259
70. A doutrina jurídica	260
70.1. Conceito	260
70.2. Força convincente, não vinculante	260
70.3. Importância da doutrina	261
Questionário	261
Leitura complementar	262
 LIÇÃO XVI — VALIDADE DA NORMA JURÍDICA	
71. Validade formal ou vigência	265
71.1. Conceito	265
71.2. Órgãos competentes	266
71.3. Competência quanto à matéria	267
a) Distribuição pela Constituição Federal	267
b) Competência privativa, exclusiva e concorrente	267
71.4. Legitimidade de procedimento	268
a) Iniciativa	268
b) Discussão — votação — aprovação	268
c) Sanção — veto	269
d) Promulgação	269
e) Publicação	270
f) Entrada em vigor	270
g) Conclusão	271
71.5. Declaração de inconstitucionalidade	271
1) Controle difuso	271
2) Controle concentrado	271
a) Ação direta de inconstitucionalidade	272
b) Ação declaratória de constitucionalidade	272
c) Modulação de efeitos	272
72. Validade social ou eficácia	273
72.1. Conceito	273
72.2. Importância	273
72.3. Eficácia espontânea, compulsória e nula	274
72.4. Aplicação das leis em desuso	274
72.5. Eficácia e direito costumeiro	275
73. Validade ética ou fundamento	275
73.1. Conceito e importância	275
73.2. Justiça	276
74. Validade e estrutura tridimensional do direito	276
Questionário	277
Leitura complementar	279

LIÇÃO XVII — DIREITO OBJETIVO/POSITIVO

75. Estruturas sociais e modelos jurídicos.....	280
75.1. Estruturas sociais.....	280
75.2. Modelos jurídicos	281
76. Direito objetivo/positivo.....	283
76.1. Conceito.....	283
76.2. Direito objetivo.....	284
76.3. Direito positivo.....	284
77. Direito subjetivo e natural	284
77.1. Direito objetivo e subjetivo.....	285
77.2. Direito positivo e natural.....	285
78. Positividade, vigência e eficácia	286
78.1. Positividade e vigência	286
78.2. Vigência e eficácia	287
78.3. Positividade e soberania	287
Questionário	288
Leitura complementar	288

LIÇÃO XVIII — ORDENAMENTO JURÍDICO

79. Noção e plenitude	291
79.1. Noção	291
79.2. Plenitude	292
80. Estrutura e validade.....	292
80.1. Teoria da concepção lógico-normativa de Kelsen.....	292
80.2. Teoria histórico-cultural ou tridimensional de Miguel Reale.....	293
80.3. Sistema a serviço da vida	295
81. Elementos constitutivos	296
81.1. Norma jurídica.....	296
81.2. Modelo jurídico.....	297
81.3. Instituto jurídico	297
81.4. Instituição jurídica	298
81.5. Sistemas.....	299
81.6. Conclusão	299
82. Pluralidade dos ordenamentos internos	299
83. Ordenamento jurídico brasileiro	300
83.1. Constitucionalista	300
83.2. Federalista	300
Questionário	301
Leitura complementar.....	302

LIÇÃO XIX — PANORAMA DO DIREITO POSITIVO

84. Direito público e privado	305
84.1. Distinção quanto ao conteúdo	306

84.2. Distinção quanto à forma	306
84.3. Direito comum e direito institucional	306
85. Direito internacional e interno	307
85.1. Direito internacional público	307
85.2. Direito internacional privado	307
85.3. Direito interno	308
86. Direito interno público.....	308
86.1. Constitucional	308
86.2. Administrativo	308
86.3. Processual	308
86.4. Penal	309
86.5. Do trabalho	309
86.6. Financeiro	309
86.7. Tributário	309
86.8. Eleitoral	309
86.9. Do consumidor	309
87. Direito interno privado	310
87.1. Direito civil	310
87.2. Direito comercial	310
87.3. Unificação do direito privado	310
88. Esquema	310
Questionário	311
Leitura complementar	311

Terceira Parte

A RELAÇÃO JURÍDICA

LIÇÃO XX — O FATO NO DIREITO

89. O fato no direito	317
90. Fato jurídico e fato físico	317
91. Fato-tipo e fato jurídico	319
92. Fato jurídico	319
92.1. Conceito	319
92.2. Classificação	320
93. Ato jurídico e negócio jurídico	321
94. Questão de fato e questão de direito	323
94.1. Questão de fato	323
94.2. Questão de direito	323
Questionário	323
Leitura complementar.....	324

LIÇÃO XXI — RELAÇÃO SOCIAL E RELAÇÃO JURÍDICA

95. Relação social e relação jurídica.....	325
95.1. Critério de distinção	325

95.2. Origem	326
96. Conceito e requisitos	326
96.1. Conceito	326
96.2. Requisitos	326
96.3. Enfoque tridimensional	327
97. Elementos da relação jurídica	327
97.1. Sujeitos da relação jurídica.....	327
97.2. Vínculo de atributividade	328
97.3. Objeto	329
98. Espécies de relação jurídica	329
99. Proteção jurídica	330
Questionário	330
Leitura complementar	331
 Lição XXII – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA JURÍDICA INDIVIDUAL	
100. Sujeito do direito e pessoa jurídica.....	333
100.1. Sujeito do direito	333
100.2. Pessoa jurídica	334
101. Pessoa jurídica individual.....	335
101.1. Conceito	335
101.2. Personalidade e capacidade de direito	335
101.3. Início.....	335
101.4. Capacidade de fato e legitimação	336
101.5. Fim da pessoa jurídica individual	337
Questionário	338
Leitura complementar.....	338
 Lição XXIII – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA JURÍDICA COLETIVA	
102. Conceito e características	344
102.1. Conceito	344
102.2. Características	345
103. Natureza da pessoa jurídica coletiva	346
103.1. Teoria da ficção.....	346
103.2. Teorias realistas	346
104. Classificação.....	348
104.1. De direito público	348
104.2. De direito privado.....	348
104.3. De direito público externo	348
104.4. De direito público interno	348
104.5. De direito privado.....	349
105. Importância da pessoa jurídica coletiva	350
Questionário	351
Leitura complementar.....	351

LIÇÃO XXIV — SITUAÇÕES SUBJETIVAS E DIREITO SUBJETIVO

106. Conceito e espécies de situação subjetiva.....	353
106.1. Conceito	353
106.2. Espécies	353
107. Direito subjetivo.....	354
107.1. Noção	354
107.2. Características	354
107.3. Vinculação com o direito objetivo.....	355
107.4. Direito subjetivo e direitos humanos.....	355
108. Faculdade jurídica	355
108.1. Considerações prévias.....	355
108.2. Conceito	356
109. Interesse legítimo	357
110. Poder-dever.....	357
110.1. Conceito	357
110.2. Direitos potestativos.....	358
Questionário	359
Leitura complementar.....	359

LIÇÃO XXV — NATUREZA DO DIREITO SUBJETIVO

111. Teoria da vontade (Bernard Windscheid — 1817-1892).....	361
112. Teoria do interesse (Rudolf von Jhering — 1818-1892)	362
113. Teoria eclética (Georg Jellinek — 1851-1911)	363
114. Teorias de Kelsen e Duguit	363
114.1. Monismo de Hans Kelsen (1881-1973)	364
114.2. Léon Duguit (1859-1928)	364
115. Compreensão de Miguel Reale.....	366
115.1. Dois momentos complementares.....	366
115.2. Conclusão.....	368
Questionário	368
Leitura complementar.....	369

LIÇÃO XXVI — MODALIDADES DO DIREITO SUBJETIVO

116. Classificação quanto à eficácia.....	370
116.1. Direitos absolutos	370
116.2. Direitos relativos	370
116.3. Direitos transmissíveis	370
116.4. Direitos não transmissíveis	371
116.5. Direitos principais	371
116.6. Direitos acessórios	371
116.7. Direitos renunciáveis	371
116.8. Direitos não renunciáveis	371
117. Classificação quanto ao conteúdo.....	371
118. Direitos subjetivos privados	371
118.1. Direito subjetivo simples	372

118.2. Direito subjetivo complexo	372
118.3. Direitos da pessoa e direitos da personalidade	372
118.4. Direitos patrimoniais e direitos não patrimoniais	375
119. Direitos subjetivos públicos	375
119.1. Perspectivas históricas	375
119.2. Fundamento dos direitos subjetivos públicos	376
120. Direitos subjetivos públicos na Constituição Brasileira.....	377
120.1. Constituição cidadã	377
120.2. Distinção entre direitos e garantias	378
120.3. Art. 5º da Constituição Federal	378
120.4. Direitos políticos	380
120.5. Seguridade social	380
Questionário	380
Leitura complementar	381

LIÇÃO XXVII – DIREITOS HUMANOS E SUAS DECLARAÇÕES

121. Direitos humanos: conquista da cultura.....	382
122. Fundamento: a pessoa humana	383
123. Declarações dos direitos do homem.....	384
123.1. Sentido do termo “declaração”	384
123.2. Histórico	384
123.3. As Declarações dos Direitos do Homem	386
Questionário	392
Leitura complementar.....	394

LIÇÃO XXVIII – DEVER JURÍDICO

124. O direito e a obrigação	397
125. Natureza e conceito do dever jurídico.....	398
125.1. Natureza	398
125.2. Conceito	398
126. Origem e extinção.....	399
127. Espécies de dever jurídico	400
128. Axiomas jurídicos	400
128.1. Axioma de liberdade	400
128.2. Axioma de contradição.....	401
128.3. Axioma de inclusão	401
Questionário	401
Leitura complementar.....	401

Quarta Parte

A HERMENÊUTICA JURÍDICA

LIÇÃO XXIX – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

129. Hermenêutica jurídica	407
----------------------------------	-----

130. Conceito de interpretação.....	408
130.1. Interpretação da norma na perspectiva tradicional.....	408
131. Necessidade da interpretação.....	409
131.1. Histórico.....	409
131.2. “In claris cessat interpretatio”.....	409
132. Espécies de interpretação.....	410
132.1. Quanto à origem ou fonte de que emana.....	410
132.2. Quanto à natureza.....	411
132.3. Quanto aos efeitos.....	412
Questionário.....	413
Leitura complementar.....	415
 LIÇÃO XXX — ESCOLAS DE INTERPRETAÇÃO	
133. Histórico e divisão.....	420
133.1. Escola dos Glosadores ou de Bolonha (séculos XI a XIII).....	420
133.2. Escola dos Comentaristas.....	420
133.3. Divisão.....	421
134. Escola da exegese.....	421
134.1. Postulados básicos.....	421
134.2. Crítica.....	422
134.3. Declínio da Escola da Exegese.....	423
135. Escola histórico-evolutiva.....	424
135.1. Escola Histórica do Direito.....	424
135.2. Escola Histórico-Evolutiva.....	424
136. A livre pesquisa científica do direito.....	425
136.1. Intenção do legislador.....	425
136.2. Lacunas.....	426
136.3. Livre pesquisa.....	426
136.4. Conclusão.....	426
137. A corrente do direito livre.....	427
137.1. Eugen Ehrlich (1862-1922).....	428
137.2. Hermann Kantorowicz (1877-1940).....	428
137.3. Crítica.....	429
Questionário.....	429
Leitura complementar.....	430
 LIÇÃO XXXI — CARÁTER UNITÁRIO DO ATO INTERPRETATIVO	
138. Processo uno e complexo.....	432
138.1. Momentos do ato interpretativo.....	432
138.2. Hermenêutica estrutural.....	433
139. Momento literal, gramatical ou filológico.....	433
139.1. Finalidade.....	433
139.2. Necessidade.....	433
140. Momento lógico-sistemático.....	434
140.1. Finalidade.....	434
140.2. Papel da Constituição.....	435

141. Momento histórico-evolutivo	435
141.1. Lei como realidade histórica	435
141.2. Espírito da lei	436
142. Momento teleológico	436
142.1. Finalidade da lei	436
142.2. Fins sociais da lei (Art. 5º da LINDB)	437
142.3. Cláusulas abertas	437
143. Natureza lógico-valorativa da interpretação	438
143.1. Caráter lógico da interpretação	438
143.2. Natureza axiológica da interpretação	439
Questionário	441
Leitura complementar	441
 Lição XXXII — APLICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO	
144. A aplicação do direito	447
144.1. Sentido técnico	447
144.2. Natureza da aplicação	448
144.3. Direito alternativo	450
145. A integração do direito	453
145.1. Conceito	454
145.2. Integração, fontes e interpretação	454
145.3. Lacunas da lei e do ordenamento jurídico	454
a) Definição.....	454
b) Lacunas da lei e do ordenamento jurídico.....	455
c) Norma geral exclusiva	455
d) Lacunas normativa, ontológica e axiológica.....	456
145.4. Plenitude da ordem jurídica	457
145.5. Meios de integração	457
146. O costume jurídico supletivo	458
Questionário	459
Leitura complementar	460
 Lição XXXIII — ANALOGIA	
147. Conceito	461
147.1. Paradigma	461
147.2. Fonte do direito	461
148. Fundamento.....	462
149. Operação lógica e axiológica	462
150. Modalidades	463
150.1. <i>Analogia legis</i> ou legal.....	463
150.2. <i>Analogia juris</i> ou jurídica	463
150.3. Conclusão.....	463
151. Analogia e interpretação extensiva	464
152. Exclusão da analogia	465

Questionário	466
Leitura complementar.....	466
Lição XXXIV — PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	
153. Conceito	467
153.1. Acepção lógica.....	467
153.2. Definição	468
154. Funções.....	469
155. Modelos dogmáticos e jurídicos	469
155.1. Modelos dogmáticos	469
155.2. Modelos jurídicos.....	470
156. Natureza e fundamento.....	470
156.1. Positivismo jurídico	471
156.2. Direito natural	471
157. Princípios gerais e brocardos jurídicos.....	472
157.1. Origem.....	472
157.2. Valor dos brocardos jurídicos.....	472
Questionário	473
Leitura complementar.....	474
Lição XXXV — EQUIDADE	
158. Como o direito do caso concreto	477
158.1. Meio de integração de lacunas involuntárias	477
158.2. Meio de integração de lacunas voluntárias	478
159. Como a justiça do caso concreto	478
159.1. Meio de adaptação da norma ao caso concreto	478
159.2. Generalidade e desproporção da norma	478
159.3. “Summum jus, summa injuria”	480
160. Aplicação da equidade.....	481
160.1. Direito moderno	481
160.2. Arts. 127 do CPC e 4º e 5º da Lei de Introdução.....	482
160.3. A equidade é fonte do direito?.....	483
Questionário	483
Leitura complementar.....	484
Lição XXXVI — APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO	
161. Eficácia da lei no tempo	489
161.1. Revogação	489
161.2. Retroatividade e irretroatividade.....	491
161.3. Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada	491
162. Eficácia da lei no espaço	492
162.1. Territorialidade e extraterritorialidade	492
162.2. Territorialidade moderada	493
163. Antinomia jurídica	493
163.1. Noção	493

163.2. Critérios para solução.....	494
163.3. Antinomias de segundo grau e metacritérios	495
163.4. Lacuna das regras de solução	497
Questionário	497
Leitura complementar.....	498

Lição XXXVII – DIREITO COMO CIÊNCIA

164. Conhecimento científico	500
164.1. Ciência.....	500
164.2. Ciência e causas.....	500
164.3. A ciência e seus objetos	501
164.4. O direito como ciência.....	501
165. Ciências naturais e culturais	502
166. Ciências jurídicas	503
166.1. Ciência do direito e dogmática jurídica.....	504
166.2. Teoria Geral do Direito.....	505
166.3. Sociologia jurídica.....	506
166.4. História do direito.....	507
166.5. Política do direito	507
166.6. Filosofia do direito.....	508
166.7. Zetética e Dogmática Jurídica	509
166.8. Conclusão.....	510
Questionário	511
Leitura complementar.....	513

Lição XXXVIII – METODOLOGIA DO DIREITO

167. Conceito e espécies de método.....	516
167.1. Conceito.....	516
167.2. Espécies	516
168. Intuição, indução, dedução e analogia.....	517
168.1. Intuição	517
168.2. Indução	517
168.3. Dedução	518
168.4. Analogia	518
169. Pluralismo metodológico do direito.....	519
Questionário	520
Leitura complementar.....	520

Quinta Parte

O FUNDAMENTO DO DIREITO

Lição XXXIX – A TEORIA DA JUSTIÇA

170. História e conceito de justiça	526
170.1. Histórico.....	526

170.2. A justiça e os valores	528
170.3. Significados de justiça	529
170.4. Conceito da justiça	531
171. Notas da justiça.....	532
171.1. A alteridade ou pluralidade de pessoas.....	532
171.2. O devido	533
171.3. A igualdade	533
172. Tipos de justiça	536
172.1. Justiça comutativa.....	536
172.2. Justiça distributiva	537
172.3. Justiça social.....	538
172.4. Justiça geral ou legal	539
173. Importância da justiça	540
173.1. Caráter absoluto da justiça	540
173.2. Fator de legitimidade	541
173.3. Condição de realização dos valores	542
173.4. Ética e justiça	542
174. O problema das leis injustas	543
174.1. Jusnaturalistas	543
174.2. Positivismo jurídico	543
174.3. Conclusão.....	544
175. Justiça ou segurança?.....	544
175.1. Prevalência da justiça.....	544
175.2. Prevalência da segurança.....	545
175.3. Conclusão.....	545
Questionário	546
Leitura complementar.....	548
 LIÇÃO XL — O DIREITO NATURAL	
176. Positivismo e jusnaturalismo.....	557
176.1. Positivismo jurídico	557
176.2. Jusnaturalismo.....	558
177. A ideia de um direito natural na Antiguidade	559
177.1. Grécia e Roma.....	560
177.2. Patrística	561
178. O direito natural como expressão da razão divina.....	561
179. O direito natural como expressão da razão humana.....	563
179.1. Escola do Direito Natural.....	563
179.2. Reação: historicismo e positivismo jurídico	564
180. Concepção transcendental-axiológica do direito natural	565
180.1. Direito natural transcendente (jusnaturalismo clássico).....	565
180.2. Direito natural transcendental.....	566
180.3. Concepção transcendental-axiológica do direito natural de Miguel Reale.....	566

181. O direito natural como expressão da natureza humana (Jusnaturalismo historicista)	572
181.1. Conceito de natureza humana	572
181.2. Noção de inclinação natural.....	576
181.3. Tendências e Exigências Naturais	577
181.4. Direito natural	578
182. Conclusão	579
Questionário	580
Leitura complementar.....	582
<i>Referências</i>	591
<i>Índice analítico-remissivo</i>	595